

## COM A PALAVRA

# ANDES resiste a discutir questão racial



## Marcelo Tragtenberg

Ele é um ardoroso defensor de implementação das “políticas de ações afirmativas” no âmbito das universidades. Marcelo Henrique Romano Tragtenberg, professor do departamento de Física da Universidade Federal de Santa Catarina, doutorado em Física pela USP e pós-doutorado pela Universidade de Oxford, é um profundo estudioso da questão racial nas Instituições Federais de Ensino e isso lhe conferiu a autoridade para coordenar o Grupo de Trabalho de Etnia, Gênero e Classe do ANDES-Sindicato Nacional. A articulação do docente, junto com integrantes do Movimento Negro, estimulou a que o sindicato, em suas instâncias de deliberação, discutisse e levasse para análise em Congresso a questão dessas políticas. Mesmo as posições apaixonadas em favor dessas políticas afirmativas não foram suficientes para convencer a maioria dos delegados do Congresso de Campina Grande, ocorrido entre o final de fevereiro e o início de março de 2007, que votaram majoritariamente (ainda que por pequena diferença) contra o sistema de cotas. Em entrevista ao Jornal da SEDUFSM, ainda durante o evento na Paraíba, o professor Tragtenberg avaliou criticamente o papel do ANDES neste tema. Segundo ele, a morosidade nas discussões é um dos elementos que demonstra que “há resistência” no Sindicato Nacional em discutir a questão racial. Leia a seguir:

### PERGUNTAS & RESPOSTAS

**Pergunta-** O senhor é um defensor das “Políticas de Ações Afirmativas”, dentro da Universidade. Em que aspecto o senhor considera que esse tema é relevante?

**Resposta-** As políticas de ações afirmativas são políticas que podem estar voltadas para vários tipos de ações afirmativas e é por isso que são relevantes em níveis diferentes. Por exemplo, nas universidades públicas existem poucos estudantes pobres em cursos mais seletivos. Então, seria importante incrementar a presença de estudantes pobres nos cursos mais seletivos, porque isso traz um ambiente mais diverso para a classe, ou seja, você tem uma sala de aula com pessoas de origens econômicas diferentes. Existe política afirmativa para negros, porque praticamente em todos os cursos, os negros não estão ou estão em proporção muito mais baixa. Existe essa “política afirmativa” também para indígenas, que são uma população que continua sendo explorada, dizimada. E, descuidada pelo Estado brasileiro, que deveria fazer uma reparação. Daí a importância deles estarem na universidade. Então, tem três níveis de ações afirmativas. Qual a importância delas?

Primeiro: em geral, porque existe desigualdade de oportunidades, de ponto de partida. Isso não significa que o desempenho desses alunos será pior na universidade. Tanto desigualdade econômica como étnico-racial para negros e indígenas. É impossível combater essa desigualdade sem as políticas de ação afirmativa. Nós fizemos um estudo que mostrou que em Santa Catarina, mesmo que se dobre o número de vagas, não muda o percentual de estudantes de escola pública em geral e não muda o percentual de estudante negros. Então, a idéia de que você aumenta muito o número de vagas, porque hoje, a universalização está muito distante – pelo menos a de qualidade. O sistema público responde por cerca de 25% a 30% das matrículas do sistema geral. Teria que quadruplicar o sistema público com qualidade. Isso toma tempo, porque teria que formar professores doutores, também fazer pesquisa, etc. A universalização ainda está distante. Se você tivesse um governo realmente comprometido demoraria, no mínimo, uns 20 ou 30 anos para universalizar com qualidade. Então, nesse trajeto de universalização, se você não tiver política de ação afirmativa, ou seja,

que estimule a presença desses grupos na Universidade, eles não entrarão. Porque é uma ampliação que mantém essa desigualdade. Porque existem muitos brancos de classe média que estão fora da Universidade e têm mais condições de passar no vestibular – não quer dizer que sejam melhores. Ao mesmo tempo, tem um problema particularmente importante em relação ao negro e ao indígena é que o Brasil é estruturalmente racista. As políticas de ação afirmativa de recorte racial mostram esse racismo e contribuem para corrigir. Você vai ter vários profissionais negros e indígenas em vários postos, porque a Universidade forma os quadros de poder. Há várias posições de poder, seja a mídia, porque é jornalista, porque fez uma faculdade de teatro; seja medicina, direito ou engenharia. Isso potencializa porque cria modelos sociais para outros negros e indígenas se reconhecerem. Eu acredito que o racismo é um problema mais difícil de combater que o capitalismo, porque existem regimes que romperam com o capitalismo e fizeram a revolução – essa é a minha convicção atual, pode ser que eu mude de idéia. Regimes como Cuba, continuam a ter desigualdades raciais. Essa não é a minha palavra, não é a palavra da imprensa burguesa, são